

PERÍODOS		NOTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	
2016	2017			
314.802,23	307.190,05	6	Vendas e serviços prestados	
317.737,11	303.839,66	7	Subsídios, doações e legados à exploração	
(112.455,13)	(97.912,93)	5	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	
(117.222,30)	(118.427,65)	6	Fornecimentos e serviços externos	
(427.778,62)	(456.693,93)	9	Gastos com o pessoal	
26.486,94	25.933,72	6	Outros rendimentos	
(12.887,99)	(1.344,90)	6	Outros gastos	
(11.317,76)	(37.415,98)		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	
(35.112,54)	(33.969,68)	4	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	
(46.430,30)	(71.385,66)		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	
(61,37)			Juros e gastos similares suportados	
(46.491,67)	(71.385,66)		Resultado antes de impostos	
(46.491,67)	(71.385,66)		Resultado líquido do período	

O Órgão de Gestão:
Alfaro Garcia

O Contabilista Certificado Nº 39424
Murilo

RUBRICAS		NOTAS	2017	2016
DATAS				
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4		1.119.321,97	1.119.392,58
Outros créditos e ativos não correntes			2.024,95	1.068,41
Ativo corrente				
Inventários	5		404,42	819,85
Créditos a receber	8		163.227,45	168.936,00
Estado e outros entes públicos	11		4.275,88	3.518,86
Diferimentos			1.368,48	1.976,88
Outros ativos correntes	8		151.181,45	181.181,45
Caixa e depósitos bancários			59.134,56	85.024,60
Total do ativo			379.592,24	441.457,64
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais	10			
Fundos	8		10.068,88	10.068,88
Resultados transferidos			784.947,83	831.439,50
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	7		649.776,31	669.466,15
Resultado líquido do período			(71.385,66)	(46.491,67)
Total dos fundos patrimoniais			1.373.407,36	1.464.482,86
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	8		19.074,86	
Passivo corrente				
Fornecedores	8		17.715,88	16.759,41
Estado e outros entes públicos	11		13.048,04	10.806,23
Financiamentos obtidos	8		4.015,44	
Diferimentos			73.677,58	268,00
Outros passivos correntes	8,9			69.602,13
Total do passivo			108.456,94	97.435,77
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			127.531,80	97.435,77
Total do ativo			1.500.939,16	1.561.918,63

(montantes em euros)

Balço - (modelo para ESNL) em
 31/12/2017

CENTRO SOCIAL N.º RAUXILIADORA

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em
31/12/2017**

CENTRO SOCIAL NºSR AUXILIADORA

(montantes em euros)

NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
DESCRIÇÃO										
1	10.068,88			870.838,11		689.155,99	(39.398,61)	1.530.664,37		1.530.664,37
2						(19.689,84)	39.398,61	(19.689,84)		(19.689,84)
3				(39.398,61)		(19.689,84)		(19.689,84)		(19.689,84)
4							(46.491,67)	(46.491,67)		(46.491,67)
5							(66.181,51)	(66.181,51)		(66.181,51)
6	10.068,88			831.439,50		669.466,15	(46.491,67)	1.464.482,86		1.464.482,86

O Órgão de Gestão:

António Gomes

O Contabilista Certificado Nº 39424

António Gomes

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em
31/12/2017
(montantes em euros)**

CENTRO SOCIAL N.º SR.ª AUXILIADORA

Centro Social N.º SR.ª Auxiliadora, Lda - Sede: Rua da Liberdade, 100, 1.º andar, 4700-001 Beja, Portugal. N.º de Registo: 10907/2007. N.º de Identificação Fiscal: 504 907 622. N.º de Registo de Comércio: 10907/2007. N.º de Registo de Segurança Social: 504 907 622. N.º de Registo de Segurança Social: 504 907 622. N.º de Registo de Segurança Social: 504 907 622.

NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
6 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	10.068,88			831.499,50		669.466,15	(46.491,67)	1.464.482,86		1.464.482,86
3 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(46.491,67)		(19.689,84)	46.491,67	(19.689,84)		(19.689,84)
7 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				(46.491,67)		(19.689,84)	46.491,67	(19.689,84)		(19.689,84)
8 RESULTADO INTEGRAL							(71.385,66)	(71.385,66)		(71.385,66)
9=7+8 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							(91.075,50)	(91.075,50)		(91.075,50)
10 POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	10.068,88			784.947,83		649.776,31	(71.385,66)	1.373.407,36		1.373.407,36
6+7+8+10										

O Órgão de Gestão:

António Aires

O Contabilista Certificado Nº 39424

António Aires

RUBRICAS		NOTAS	PERÍODO	
			2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes e utentes			312.455,11	268.469,15
Pagamentos a fornecedores			226.720,69	216.118,42
Pagamentos ao pessoal			454.268,21	431.368,06
Caixa gerada pelas operações		9	(368.533,79)	(379.017,33)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			(870,15)	(955,50)
Outros recebimentos/pagamentos			319.211,32	332.973,63
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)			(48.452,32)	(45.088,20)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		4	33.899,07	594,56
Investimentos financeiros			956,54	
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		4	400,00	
Juros e rendimentos similares			3.927,59	4.739,71
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)			(30.528,02)	4.145,15
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos			23.090,30	7.893,52
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				61,37
Juros e gastos similares				(7.954,89)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			23.090,30	(7.954,89)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			(55.890,04)	(48.897,94)
Caixa e seus equivalentes no início do período			266.206,05	315.103,99
Caixa e seus equivalentes no fim do período			210.316,01	266.206,05

ANO : 2017

CENTRO SOCIAL Nº 5ª AUXILIADORA

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO

1 -	Identificação da entidade	1.1	Dados de identificação
2 -	Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras	2.1	Referencial contábilístico utilizado
		2.2	Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras
		2.3	Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior
3 -	Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros	3.1	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
4 -	Ativos fixos tangíveis	4.6.1	Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
5 -	Inventários	5.1	Quantia escriturada de inventários
6 -	Rendimentos e gastos	6.1	Políticas contábilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços
		6.2	Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
		6.3	Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
		6.4	Outros rendimentos
		6.5	Outros gastos
7 -	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	7.1	Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas
8 -	Instrumentos financeiros	8.1	Créditos a receber
		8.2	Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:
		8.2.1	Outros ativos correntes
		8.2.2	Outros passivos correntes
		8.3	Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:
9 -	Benefícios dos empregados	9.1	Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas
		9.2	Benefícios dos empregados e encargos da entidade
10 -	Divulgações exigidas por diplomas legais	10.1	Informação por atividade económica
		10.2	Informação por mercado geográfico

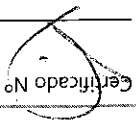
ÍNDICE

Roberto Gomes

O Orgão de Gestão:

Pag. 3 de 16

O Contabilista Certificado Nº 39424



- 10.3 Outras divulgações exigidas por diplomas legais
- 11 - Impostos e contribuições**
- 11.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:
- 11.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Antonio Gomes
O Órgão de Gestão:

Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: CENTRO SOCIAL NºSRªAUXILIADORA
 Sede social: RUA LARGA, 2-A BRªSTªMARIA
 Endereço electrónico: centroauxiliadora@sapo.pt
 Natureza da actividade: Atividades de organizações religiosas

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1. Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) DL n.º 36-A/2011 de 9/03. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 105/2011 de 14/03), o Código de Contas (Portaria n.º 106/2011 de 14/03) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (Aviso n.º 6726-B/2011).

Sempre que na presente norma existam remissões para as Normas Internacionais de Contabilidade, entende-se que estas se referem às adoptadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho e em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

Sempre que esta Norma não responda a aspectos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja detal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduzaa posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão -somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

a) As NCRF e Normas Interpretativas (NI);

b) As Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;

c) As Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações (SIC e IFRIC).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade
 As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento", por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos";

- Materialidade e agregação
 As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade
As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não existem conteúdos que não sejam comparáveis com o exercício anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transacções em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transacção para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "activos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no ítem "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

Os anos de depreciação utilizadas foram :

Edifícios e outras construções	6 a 50
Equipamento básico	4 a 6
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	3 a 6
Outros activos tangíveis	3 a 6

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efectuadas são registadas directamente em rendimentos e gastos, respectivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no ítem do passivo "Provisões" para fazer face a essas obrigações.

- Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflectam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar
- As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registradas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.
- Rédito e regime do acréscimo
- O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.
- Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.
- Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.
- Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.
- Subsídios
- Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpra com todos os requisitos para o receber.
- Existem subsídios ao investimento registados em outras variações nos capitais próprios.
- Julgamentos e estimativas
- Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumptões efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.
- As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, iii) provisões;
- As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.
- Imposto sobre o rendimento
- A Empresa encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) ao abrigo do nº10 do respectivo código.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.6.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor bruto no início	Depreciações acumuladas	Saldo no início do período	Variações do período	Total de aumentos	Aquisições em primeira mão	Total diminuições	Depreciações do período	Outras transferências	Saldo no fim do período	Valor bruto no fim do período	Depreciações acumuladas no fim do período
Terrenos e recursos naturais	149,64	596.627,94	149,64	1.118,175,21	(33.487,72)	2.157,53	33.487,72	33.487,72	1.084.687,49	149,64	1.714.803,15	630.115,66
Edifícios e outras construções	1.714.803,15	120.914,46	1.067,73	1.675,57	2.157,53	481,96	481,96	33.487,72	2.743,30	1.714.803,15	124.139,72	121.396,42
Equipamento básico	121.982,19	42.540,43	23.424,92	1.675,57	2.157,53	481,96	481,96	33.487,72	23.424,92	2.743,30	53.215,35	29.790,43
Equipamento de transporte	42.540,43	56.071,10	56.071,10	23.424,92	2.157,53	481,96	481,96	33.487,72	23.424,92	53.215,35	56.071,10	56.071,10
Equipamento administrativo	56.071,10	12.576,46	8.316,62	8.316,62	2.157,53	481,96	481,96	33.487,72	23.424,92	8.316,62	12.576,46	12.576,46
Equipamentos biológicos	12.576,46	8.316,62	8.316,62	8.316,62	2.157,53	481,96	481,96	33.487,72	23.424,92	8.316,62	12.576,46	12.576,46
Outros AFT	12.576,46	8.316,62	8.316,62	8.316,62	2.157,53	481,96	481,96	33.487,72	23.424,92	8.316,62	12.576,46	12.576,46
AFT em curso	12.576,46	8.316,62	8.316,62	8.316,62	2.157,53	481,96	481,96	33.487,72	23.424,92	8.316,62	12.576,46	12.576,46
AFT em curso	12.576,46	8.316,62	8.316,62	8.316,62	2.157,53	481,96	481,96	33.487,72	23.424,92	8.316,62	12.576,46	12.576,46
Adiantamentos AFT	1.119.392,58	828.730,39	(70,61)	1.119.392,58	10.474,15	10.474,15	33.969,68	33.969,68	23.424,92	1.119.321,97	1.969.272,04	849.950,07
TOTAL	1.948.122,97	828.730,39	1.119.392,58	(70,61)	10.474,15	10.474,15	33.969,68	33.969,68	23.424,92	1.119.321,97	1.969.272,04	849.950,07

5 - Inventários

5.1. Quantia escriturada de inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registrada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Descrição	Mat. Primas e Subsidi.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Primas e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS	819,85	819,85	819,85	819,85	819,85
Inventários iniciais	819,85	819,85	819,85	819,85	819,85
Compras	97.497,50	97.497,50	112.414,46	112.414,46	112.414,46
Redistribuição e regularização de inventários	404,42	404,42	819,85	819,85	819,85
Inventários finais	404,42	404,42	819,85	819,85	819,85
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	97.912,93	97.912,93	112.455,13	112.455,13	112.455,13
OUTRAS INFORMAÇÕES					

6 - Rendimentos e gastos

6.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

Antonio Gomes

O Orgão de Gestão:

Pag. 10 de 16

O Contabilista Certificado Nº 39424

6.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	307.190,05	314.792,23
Prestação de serviços	3.927,59	4.739,71
Juros	311.117,64	319.541,94
Total	311.117,64	319.541,94

6.2. Quantidade de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurado, ser provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Antonio Soares

6.4. Outros rendimentos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	1.568,00	60.989,46
Serviços especializados	73.449,76	18.722,41
Trabalhos especializados	21.821,71	10,00
Publicidade e propaganda	5.496,17	5.040,13
Vigilância e segurança	8.856,95	16.531,51
Honorários	36.659,22	19.392,34
Conservação e reparação	615,71	1.293,07
Outros	6.597,11	9.126,90
Materiais	2.765,40	4.647,59
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.602,12	4.393,51
Material de escritório	58,74	85,80
Artigos para oferta	170,85	
Outros	22.176,23	26.550,94
Energia e fluidos	12.967,64	14.015,03
Eleticidade	7.101,67	6.868,20
Combustíveis	2.106,92	5.667,71
Água	16,00	41,25
Deslocações, estadas e transportes	16,00	35,10
Deslocações e estadas		6,15
Transportes de mercadorias	14.620,55	20.513,75
Serviços diversos	311,72	2.057,51
Rendas e alugueres	1.873,33	2.414,94
Comunicação	1.488,30	1.626,88
Seguros	10.379,88	12.583,52
Limpeza, higiene e conforto	567,32	1.830,90
Outros serviços	118.427,65	117.222,30
Total		

6.5. Outros gastos

Nome	Valor
Alienções de ativos	400,00
Impugnação de subsídio ao investimento	19.689,84
Restituição de IVA	873,97
Outros	1.042,32
Total	22.006,13

Nome	Valor
Taxas	608,30
Donativos	400,00
Outros	336,60
Total	1.344,90

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpra com todos os requisitos para o receber.

Não existem subsídios ao investimento registados em outras variações nos capitais próprios.

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent- Valor Total	Outras Ent- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	1.104.627,64	19.689,84		
Para ativos fixos tangíveis	1.104.627,64	19.689,84		
Edifícios e outras construções	967.176,21	19.689,84		
Equipamento básico	41.340,75			
Equipamento de transporte	96.110,68			
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração	301.968,70	301.968,70		
Valor dos reembolsos efetuados no período	301.968,70	301.968,70		
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração	301.968,70	301.968,70		
Total	802.658,94	(282.278,86)		

8 - Instrumentos financeiros

8.1. Créditos a receber

8.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Nome	Valor
Clientes	14.249,13
Fornecedores(saldo devedor)	2.466,97
Pessoal	1.102,95
Processo Averiguações DIAP	122.224,98
Outras regularizações	21.773,82
Caução EDP	1.409,60
Total	163.227,45

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	10.068,88			10.068,88
Resultados transferidos	831.439,50	(46.491,67)		784.947,83
Outras variações nos capitais próprios	669.466,15	(19.689,84)		649.776,31
Subsídios	669.466,15	(19.689,84)		649.776,31
Total	1.510.974,53	(66.181,51)		1.444.793,02

8.2.1. Outros ativos correntes

O valor constante nesta nota diz respeito a Fundos, Obrigações e Títulos de Participação investidos junto do Montepio Geral num montante global de 151.181,45€.

8.2.2. Outros passivos correntes

Nome	Valor
Clientes/salido credor)	3.418,56
Pessoal	674,15
Provisão de férias	65.157,64
Sindicato	100,98
Utentes encargos	4.041,60
IEFP 117/CEI/16	284,65
Total	73.677,58

8.3.

Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento inicial
Ativos financeiros:			314.408,90		
Clientes e utentes			14.249,13		
Outras contas a receber			148.978,32		
Ativos financeiros detidos para negociação			151.181,45		
Passivos financeiros:			91.393,46		
Fornecedores			17.715,88		
Financiamentos obtidos			23.090,30		
Outras contas a pagar			73.677,58		
Ganhos e perdas líquidos:			3.532,37		
De passivos financeiros			3.532,37		
Rendimentos e gastos de juros:			395,47		
De ativos financeiros			395,47		

9 - Benefícios dos empregados

9.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho, subsídio de alimentação, subsídios de turno e transporte, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais. As

obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

O número médio de empregados durante o presente ano ascendeu a 36 funcionários.

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	36,00	60.480,00	38,00	84.310,00
Pessoas remuneradas	36,00	60.480,00	38,00	84.310,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	36,00	60.480,00	38,00	84.310,00
Pessoas a tempo completo	36,00	60.480,00	36,00	83.395,00
(das quais pessoas remuneradas)	36,00	60.480,00	36,00	83.395,00
Pessoas na tempo parcial			2,00	915,00
(das quais pessoas remuneradas)			2,00	915,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	36,00	60.480,00	38,00	84.310,00
Masculino	2,00	3.120,00	4,00	5.816,00
Feminino	34,00	57.360,00	34,00	78.494,00
Pessoas ao serviço da empresa afetadas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

9.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	456.693,93	427.778,62
Remunerações dos órgãos sociais	373.226,17	344.687,46
Remunerações do pessoal	79.908,32	74.483,62
Encargos sobre as remunerações	3.345,46	2.895,61
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	213,98	685,06
Outros gastos com o pessoal, dos quais:		
- formação		215,35
- fardamento		171,14

10 - Divulgações exigidas por diplomas legais
10.1. Informação por atividade económica

[Assinatura]

11.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	(71.385,66)	(46.491,67)
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tribuições autônomas		
Taxa efetiva de imposto		

11.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

11 - Impostos e contribuições

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações.

- Impostos e Segurança Social em mora

10.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	307.190,05			307.190,05
Prestações de serviços	97.497,50			97.497,50
Compras	118.427,65			118.427,65
Formeçimentos e serviços externos	10.474,15			10.474,15
Aquisições de ativos fixos tangíveis				
Rendimentos suplementares:				

10.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	307.190,05	307.190,05
Prestações de serviços	97.497,50	97.497,50
Compras	118.427,65	118.427,65
Formeçimentos e serviços externos	97.912,93	97.912,93
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	456.693,93	456.693,93
Remunerações	373.226,17	373.226,17
Outros gastos	83.467,76	83.467,76
Ativos fixos tangíveis	1.119.321,97	1.119.321,97
Valor líquido final	10.474,15	10.474,15
Total das aquisições	83.166,2	83.166,2
Adições no período de ativos em curso		
Propriedades de investimento		

Antonio Gomes
O Orgão de Gestão:

Antonio Gomes
O Contabilista Certificado Nº 39424

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		3.627,33		2.062,99
Retenção de impostos sobre rendimentos			3.518,86	
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4.275,88			
Contribuições para a Segurança Social		9.394,25		8.665,63
Outras tributações		26,46		77,61
Total	4.275,88	13.048,04	3.518,86	10.806,23